


**MULHERES REFUGIADAS NO ESPÍRITO SANTO: ACOLHIMENTO, REDES DE APOIO  
E DESAFIOS DA REINTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

**REFUGEE WOMEN IN ESPÍRITO SANTO: RECEPTION, SUPPORT NETWORKS AND  
CHALLENGES OF SOCIOECONOMIC REINTEGRATION**

**MUJERES REFUGIADAS EN ESPÍRITO SANTO: ACOGIDA, REDES DE APOYO Y  
DESAÍOS DE LA REINTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-320>

**Data de submissão:** 29/08/2025

**Data de publicação:** 29/09/2025

**Rafael Cláudio Simões**

Doutor em História

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: rafael.simoes@uvv.br

**Rose Alves de Oliveira**

Mestranda em Sociologia Política

Instituição: Universidade Vila Velha (UVV)

E-mail: rose.oliveira@uvvnet.com.br

**Bruno Dias Franqueira**

Mestre em Psicologia

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: bruno.franqueira@uvv.br

---

**RESUMO**

A crise global de deslocamentos forçados, provocada por guerras, perseguições políticas, religiosas, de gênero e, até mesmo, a emergência climática, impôs novos desafios aos sistemas de acolhimento e integração às diversas categorias de pessoas deslocadas no mundo. No Brasil, embora existam políticas públicas voltadas para a proteção humanitária, mulheres refugiadas, solicitantes de refúgio, com visto de acolhida humanitária e migrantes permanecem em situação de vulnerabilidade social e econômica. Este artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido a partir da observação participante e análise documental com uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizadas no Núcleo de Apoio a Refugiados no Espírito Santo (NUARES). Os resultados evidenciam a importância das redes de suporte, como a moradia compartilhada, o apoio linguístico-cultural, a disseminação de informações e direitos e parcerias religiosas, no processo inicial de acolhimento e durante o processo de integração. No entanto, persistem barreiras estruturais para a inserção no mercado de trabalho formal e na vida comunitária de forma geral, expondo essas pessoas a riscos de violência, opressão social e dependência econômica. A experiência analisada reforça a necessidade de estratégias de acolhimento que integrem a promoção da autonomia econômica, a proteção de direitos e o fortalecimento de redes comunitárias sensíveis às especificidades de gênero, de refúgio, acolhimento humanitário e migração.

**Palavras-chave:** Refúgio. Migração forçada. Mulheres Refugiadas. Acolhimento Humanitário. Empoderamento Econômico.

## ABSTRACT

The global crisis of forced displacement, caused by wars, political, religious, and gender-based persecution, and even the climate emergency, has imposed new challenges on the reception and integration systems for the various categories of displaced people worldwide. In Brazil, despite public policies aimed at humanitarian protection, women refugees, asylum seekers, those with humanitarian visas, and migrants remain in a situation of social and economic vulnerability. This article presents an experience report developed from participant observation and documentary analysis using a qualitative, descriptive, and exploratory approach, conducted at the Refugee Support Center in Espírito Santo (NUARES). The results highlight the importance of support networks, such as shared housing, linguistic and cultural support, the dissemination of information and rights, and religious partnerships, in the initial reception process and throughout the integration process. However, structural barriers to entry into the formal labor market and community life in general persist, exposing these individuals to the risk of violence, social oppression, and economic dependence. The experience analyzed reinforces the need for reception strategies that integrate the promotion of economic autonomy, the protection of rights, and the strengthening of community networks sensitive to gender, refugee, humanitarian, and migration specificities.

**Keywords:** Refuge. Forced Migration. Refugee Women. Humanitarian Reception. Economic Empowerment.

## RESUMEN

La crisis global de desplazamiento forzado, causada por guerras, persecución política, religiosa y de género, e incluso la emergencia climática, ha impuesto nuevos desafíos a los sistemas de recepción e integración de las diversas categorías de personas desplazadas en todo el mundo. En Brasil, a pesar de las políticas públicas orientadas a la protección humanitaria, las mujeres refugiadas, solicitantes de asilo, personas con visas humanitarias y migrantes permanecen en una situación de vulnerabilidad social y económica. Este artículo presenta un relato de experiencia desarrollado a partir de la observación participante y el análisis documental mediante un enfoque cualitativo, descriptivo y exploratorio, realizado en el Centro de Apoyo a Refugiados de Espírito Santo (NUARES). Los resultados destacan la importancia de las redes de apoyo, como la vivienda compartida, el apoyo lingüístico y cultural, la difusión de información y derechos, y las alianzas religiosas, en el proceso de recepción inicial y a lo largo del proceso de integración. Sin embargo, persisten barreras estructurales para el ingreso al mercado laboral formal y a la vida comunitaria en general, lo que expone a estas personas al riesgo de violencia, opresión social y dependencia económica. La experiencia analizada refuerza la necesidad de estrategias de recepción que integren la promoción de la autonomía económica, la protección de los derechos y el fortalecimiento de redes comunitarias sensibles a las especificidades de género, de las personas refugiadas, humanitarias y migratorias.

**Palabras clave:** Refugio. Migración Forzada. Mujeres Refugiadas. Recepción Humanitaria. Empoderamiento Económico.

## 1 INTRODUÇÃO

A crise global de refugiados tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por conflitos armados, perseguições políticas, crises econômicas e desastres ambientais. Segundo dados do ACNUR (2024), o mundo contabiliza mais de 120 milhões de pessoas deslocadas forçadamente, das quais uma proporção significativa é composta por mulheres e crianças. No contexto do deslocamento forçado, as mulheres refugiadas enfrentam vulnerabilidades específicas, agravadas pela interseccionalidade de gênero, etnia e classe social, o que as torna particularmente expostas a situações de violência, exploração econômica e exclusão social (Sivolella; Alencar, 2022).

O Brasil, signatário da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados, tornou-se destino de fluxos migratórios diversos, especialmente no século XXI. No entanto, apesar de avanços legislativos, a integração socioeconômica de mulheres refugiadas ainda enfrenta barreiras significativas, incluindo o reconhecimento de diplomas, o acesso a empregos formais, políticas públicas de acolhimento e programas de proteção social sensíveis ao gênero (Uebel; Raldi, 2021).

Autores como Butler (2004) e Parreñas (2001) oferecem ferramentas teóricas para compreender as dinâmicas de gênero que atravessam o fenômeno da migração. Ao tratar desse fenômeno, Butler (2004) enfatiza que o deslocamento forçado expõe essas mulheres a situações de violência de gênero e exclusão social, que são frequentemente exacerbadas por questões de classe, etnia e religião, tornando suas trajetórias ainda mais difíceis, enquanto Parreñas (2001) evidencia como o trabalho migrante feminino é moldado por desigualdades estruturais transnacionais. No campo específico do acolhimento institucional, a literatura aponta que políticas muitas vezes negligenciam as necessidades específicas das mulheres, perpetuando um acolhimento padronizado que ignora experiências de violência de gênero e as demandas por autonomia econômica (Moraes; Lunardello, 2020).

Embora o acolhimento humanitário de refugiados tenha sido intensificado no Brasil, estudos como o de Souza (2021) indicam que ainda existe um distanciamento entre as diretrizes legais e a realidade cotidiana dos programas de acolhimento. Para mulheres refugiadas, essa lacuna se manifesta na dificuldade de acesso a redes de apoio estáveis, na precariedade dos empregos obtidos e na persistente invisibilização de suas demandas específicas.

Para Butler (2004), o fenômeno do deslocamento forçado evidencia a interseccionalidade entre gênero, classe social e raça, revelando como as mulheres refugiadas ocupam posições específicas de vulnerabilidade no sistema global, enquanto Parreñas (2001) ressalta que, em contextos migratórios, o trabalho e a reprodução social das mulheres são moldados por hierarquias estruturais que atravessam

fronteiras nacionais e sociais. Assim, ser mulher e refugiada significa enfrentar, simultaneamente, a exclusão da cidadania plena e a precarização das condições de sobrevivência econômica e simbólica.

No Brasil, país historicamente reconhecido por sua política de refúgio relativamente aberta, especialmente após a promulgação da Lei nº 9.474/97 (Brasil, 1997), a chegada de mulheres refugiadas revela tensões entre o discurso de acolhimento e a efetivação prática dos direitos garantidos. Estudos recentes, como o de Souza (2021), apontam que, embora existam políticas de assistência humanitária, ainda persistem barreiras significativas para a inclusão socioeconômica dessas mulheres, que enfrentam dificuldades de inserção laboral, barreiras linguísticas e ausência de redes sociais de apoio. A condição de refugiada, longe de se esgotar com o acesso à documentação, configura-se como um processo contínuo de luta por reconhecimento social e dignidade.

As experiências de acolhimento institucional, por sua vez, nem sempre conseguem atender às necessidades específicas das mulheres refugiadas. Muitas iniciativas ainda adotam modelos universais que desconsideram a dimensão de gênero nas práticas de acolhimento, negligenciando aspectos fundamentais como o enfrentamento da violência, a promoção da autonomia econômica e o fortalecimento de redes de apoio comunitário (Moraes; Lunardello, 2020).

Nesse contexto, torna-se essencial analisar experiências locais que buscam inovar em práticas de acolhimento e integração mais sensíveis às demandas das mulheres em situação de refúgio, destacando-se a importância de investigar práticas concretas que articulem assistência humanitária, empoderamento econômico e reconstrução de redes sociais. O NUARES é um exemplo significativo nesse sentido. Criado em 2004, o NUARES atua por meio de comitês especializados no acolhimento de migrantes, pessoas com visto de acolhida humanitária, solicitantes de refúgio e refugiados, oferecendo não apenas serviços básicos de documentação, saúde e moradia, mas também apoio à inserção laboral, orientação jurídica e ações educativas para a promoção da autonomia.

O NUARES é composto por seis comitês principais e um subcomitê, organizados para dar conta das múltiplas frentes de atuação junto a migrantes e refugiados no Espírito Santo. O Comitê de Apoio é responsável pelo acolhimento inicial, elaborando fichas de registro, organizando doações e promovendo eventos que fortalecem os vínculos com os atendidos, funcionando como porta de entrada para as demais ações do Núcleo. O Comitê de Comunicação cuida da identidade visual e das redes sociais do projeto, garantindo a divulgação contínua das atividades e campanhas institucionais por meio de conteúdos informativos, fotografias e vídeos. Já o Comitê de Pesquisa tem papel estratégico na sistematização de dados, desenvolvimento de estudos e elaboração de artigos e relatórios técnicos que embasam a atuação do NUARES com evidências acadêmicas. O Comitê de Ensino promove ações

de conscientização e formação cidadã por meio de palestras em escolas, feiras e instituições parceiras, divulgando a missão do núcleo e sensibilizando a sociedade para a causa dos refugiados.

Por sua vez, o Comitê de Plataforma atua diretamente com a plataforma de empregabilidade e empreendedorismo da ACNUR, conectando migrantes e refugiados a vagas de emprego e estimulando a participação de empresas na rede de apoio. O Comitê da COMIGRAR, por fim, organiza a participação institucional do NUARES na Conferência Nacional de Migrações, articulando propostas e políticas públicas, como a recente defesa do reconhecimento de novas categorias para os refugiados, sendo elas as de refugiados climáticos e econômicos. Complementando essas ações, o Subcomitê de Eventos, ligado ao Comitê de Apoio, é o responsável pela organização logística e operacional dos principais eventos do Núcleo, como o Café com Emprego e o Sorriso sem Fronteiras, reforçando a dimensão comunitária e integrativa do projeto.

Durante as atividades de campo e o acompanhamento institucional junto ao NUARES, foi possível observar de perto como o acolhimento voltado às mulheres refugiadas, solicitantes de refúgio, migrantes e com visto de acolhida humanitária, integra dimensões práticas de empoderamento, tais como a promoção de oficinas de capacitação profissional, a facilitação do acesso a microcrédito e o fortalecimento de redes comunitárias de apoio mútuo. A experiência evidencia tanto os avanços quanto os desafios persistentes no acolhimento humanizado e sensível ao gênero.

A partir da vivência prática junto ao NUARES, observa-se que o acolhimento de mulheres refugiadas é estruturado em torno de oficinas de capacitação profissional, orientação para o acesso ao mercado de trabalho e fortalecimento de redes comunitárias. No entanto, também emergem desafios, como a escassez de vagas de trabalho formal, barreiras linguísticas e dificuldades na obtenção de moradia digna. Essas vivências demonstram a complexidade dos processos de acolhimento e reintegração social, especialmente no que diz respeito ao empoderamento econômico das mulheres refugiadas.

Dessa forma, este relato de experiência busca contribuir para a reflexão sobre práticas de acolhimento e reintegração social no contexto brasileiro, especificamente no estado do Espírito Santo, a partir da realidade vivenciada por mulheres que se encontram nas situações já mencionadas e que são assistidas pelo NUARES. A lacuna teórica e prática sobre o impacto real das políticas de acolhimento nas trajetórias dessas mulheres torna a presente investigação relevante e urgente.

Portanto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Como as mulheres refugiadas acolhidas pelo NUARES no Espírito Santo vivenciam os processos de acolhimento, construção de redes de apoio e reintegração econômica? Este estudo propõe-se a mapear e analisar as experiências de acolhimento,

redes de apoio e estratégias de reintegração econômica de mulheres refugiadas no Espírito Santo, a partir da atuação do NUARES.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, do tipo relato de experiência, com base na técnica de observação participante e na análise documental. O objetivo principal é compreender, a partir da vivência institucional, como o acolhimento, a construção de redes de apoio e a reintegração socioeconômica de mulheres refugiadas são operacionalizados no âmbito do NUARES, vinculado à Universidade Vila Velha (UVV).

O campo de pesquisa foi delimitado às atividades realizadas no NUARES, localizada no campus da UVV, em Vila Velha (ES). O Nuares é estruturado em seis comitês e um subcomitê permanentes: Apoio, Comunicação, Ensino, Pesquisa, Plataforma de Empregos, COMIGRAR e Eventos, que atuam de forma integrada para promover o acolhimento, a integração e o fortalecimento dos direitos dos migrantes e refugiados. A escolha deste campo justifica-se pela relevância e diversidade das ações desenvolvidas, bem como pela possibilidade de acesso sistemático às práticas cotidianas de acolhimento e integração.

A experiência foi vivenciada entre março de 2024 e Junho de 2025, ainda em ocorrência, a partir de uma observação participante junto aos seis comitês e o subcomitê, com o acompanhamento de reuniões, eventos, cursos e atividades operacionais. A observação participante é, conforme Angrosino (2009), uma estratégia metodológica que permite ao pesquisador inserir-se no contexto investigado, capturando interações, dinâmicas sociais e significados atribuídos pelos participantes. Foram elaborados registros de campo em forma de diários e atas resumidas, sistematizando percepções, interações e práticas relacionadas, especialmente, às mulheres refugiadas acolhidas. Para a organização analítica dos dados de campo, foram definidas categorias de observação prévias, tais como: práticas de acolhimento, estratégias de empoderamento econômico, articulação de redes de apoio e desafios enfrentados na inserção social.

Paralelamente à observação direta, foi realizada análise documental de materiais institucionais disponibilizados pelo NUARES. Entre os documentos analisados estão relatórios de atendimentos, planilhas de atividades desenvolvidas, registros de oficinas e eventos, além de materiais de divulgação pública. A análise documental, segundo Cellard (2008), permite complementar as informações de campo, proporcionando uma visão histórica, quantitativa e qualitativa do processo institucional.

A combinação da observação participante com a análise documental busca assegurar a triangulação metodológica, fortalecendo a validade da interpretação dos dados e ampliando a



compreensão crítica sobre as práticas de acolhimento dirigidas às mulheres refugiadas no contexto do Espírito Santo.

### **3 RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A partir da observação participante e da análise documental no NUARES, esta pesquisa identificou aspectos centrais do processo de acolhimento e integração socioeconômica de mulheres refugiadas no Espírito Santo. As experiências analisadas revelam uma complexa rede de práticas de apoio, enfrentamentos e superações. Os achados estão organizados em eixos: o primeiro trata das estratégias de acolhimento e da construção de redes de suporte; o segundo discute as iniciativas de empoderamento econômico e os riscos associados à dependência financeira e à violência de gênero.

#### **3.1 ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO E A FORMAÇÃO DE REDES DE SUPORTE**

O acolhimento oferecido às mulheres refugiadas pelo NUARES apresenta características híbridas, articulando ações de assistência básica com iniciativas de promoção da integração sociocultural. Uma das principais estratégias identificadas no contexto do Comitê de Apoio foi a indicação de moradia compartilhada, na qual famílias inteiras passaram a residir em casas comunitárias conhecidas pelo núcleo. Essa modalidade, embora assegurasse o direito básico à habitação, revelou-se também uma fonte de tensões, uma vez que a convivência prolongada em espaços reduzidos gerava conflitos relacionados à privacidade, à gestão do cotidiano doméstico e ao respeito às diferenças culturais entre os núcleos familiares. A sobreposição de múltiplas rotinas, valores e modos de organização familiar expôs as limitações da moradia compartilhada como estratégia de acolhimento de médio e longo prazo, especialmente no que tange às mulheres, que, muitas vezes, assumiam uma sobrecarga nos cuidados coletivos.

Além da dimensão habitacional, o NUARES também desenvolveu ações focadas no suporte linguístico e cultural. Por meio dos Comitês de Ensino e de Eventos, foram ofertadas oficinas de ensino de português como segunda língua, cursos de capacitação básica e eventos de integração multicultural. Essas atividades não apenas facilitaram a aprendizagem do idioma, elemento crucial para a autonomia social e econômica, mas também propiciaram espaços de socialização e reconstrução de vínculos sociais. A realização de eventos culturais, como festivais gastronômicos e rodas de conversa interculturais, fortaleceu o sentimento de pertencimento e o reconhecimento das identidades culturais das mulheres refugiadas, contribuindo para a redução dos efeitos de isolamento social comumente relatados nesse público (Sivolella; Alencar, 2022).

Outro elemento de destaque no processo de acolhimento foi junto as organizações religiosas, em especial a forte atuação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Igreja Mórmon), segundo relato das mulheres refugiadas. Esse suporte incluía doações regulares de mantimentos, móveis e kits de higiene pessoal, além da promoção de atividades de convívio social que auxiliavam na formação de redes informais de apoio. A atuação da igreja, de acordo com as observações registradas nos encontros do Comitê de Apoio e do Comitê de Eventos, extrapolava a assistência material, configurando-se como espaço de acolhimento simbólico e emocional, especialmente relevante para mulheres em situação de maior vulnerabilidade emocional e socioeconômica. (Fernandes, 2024)

A construção dessas redes de suporte, seja pela moradia comunitária, pelas oficinas de integração linguística ou pelo apoio religioso e comunitário, demonstrou-se central para o fortalecimento da autonomia progressiva das mulheres refugiadas. Contudo, os dados também evidenciam que essas redes, embora fundamentais, ainda operam de maneira fragmentada e dependente de parcerias externas, o que limita sua sustentabilidade a longo prazo e aponta para a necessidade de estratégias institucionais mais articuladas e permanentes.

Durante um dos workshops promovidos pelo NUARES, mulheres em situação de refúgio compartilharam relatos que evidenciam a fragilidade das políticas públicas brasileiras em assegurar seus direitos fundamentais. Apesar da Lei n. 9.474/1997 (Brasil, 1997), que regula o Estatuto dos Refugiados no Brasil e assegura acesso à saúde, educação, moradia e trabalho, essas garantias, muitas vezes, permanecem inatingíveis na prática devido à ausência de informação e de infraestrutura adequada. Como apontam Oliveira e Silva (2017), a barreira linguística, associada à falta de políticas públicas linguísticas eficazes, torna o acesso a serviços essenciais uma experiência de exclusão e vulnerabilidade. Essa realidade é agravada pela desinformação sobre programas governamentais, como o Minha Casa Minha Vida, que poderia beneficiar essas mulheres e suas famílias, mas que se torna inacessível para quem não sabe como navegar na burocracia estatal.

É crucial ressaltar que, embora o NUARES desempenhe um papel fundamental ao criar espaços de escuta e capacitação, essa lacuna evidencia uma falha estrutural do Estado brasileiro, cuja responsabilidade de garantir os direitos básicos é claramente estipulada pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), especialmente no Artigo 5º, que assegura igualdade perante a lei, e no Artigo 6º, que define como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho e a moradia. Como destaca Butler (2004), a precariedade das vidas de refugiadas não é um acidente, mas uma manifestação de um sistema que hierarquiza vidas e privilegia algumas enquanto negligencia outras.

Portanto, o direito ao acolhimento digno, previsto em instrumentos internacionais como a Convenção de Genebra de 1951, não pode ser tratado como mera formalidade, mas como uma demanda



ética e política que exige uma resposta efetiva e comprometida. Cabe ao Estado brasileiro não apenas reconhecer essas mulheres como sujeitas de direito, mas criar estratégias intersetoriais e inclusivas que assegurem sua plena integração social e econômica, valorizando sua cultura e promovendo autonomia.

O NUARES está atualmente em processo de elaboração de uma cartilha abrangente que visa sistematizar e disseminar, de forma clara e acessível, os direitos das mulheres refugiadas no Brasil, tendo já um projeto aprovado na Universidade Vila Velha com esse objetivo. Tal iniciativa assume papel fundamental no enfrentamento das barreiras informacionais que perpetuam a exclusão social e limitam o acesso dessas mulheres às políticas públicas de moradia, saúde, educação e assistência social. Conforme destacado por Butler (2004), a precariedade da vida reflete-se na vulnerabilidade social e política daqueles que desconhecem seus direitos, o que reforça a importância de ferramentas educativas para a promoção da autonomia e do protagonismo dessas populações. Embora a publicação ainda não esteja concluída, essa cartilha configura-se como uma estratégia indispensável para a efetivação dos direitos humanos no contexto local, alinhando-se aos princípios constitucionais brasileiros que garantem a dignidade, a igualdade e a proteção social dos refugiados (ACNUR; IMDH, 2010).

### 3.2 DESAFIOS PARA A AUTONOMIA E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO

A promoção da autonomia econômica das mulheres atendidas pelo NUARES revelou-se um desafio persistente, condicionado por múltiplos fatores estruturais e institucionais. A atuação da Plataforma de Empregos, um dos comitês estratégicos do núcleo, concentrou-se na intermediação entre refugiadas e oportunidades no mercado de trabalho formal. Entretanto, as barreiras enfrentadas pelas mulheres para alcançar a inserção laboral formal mostraram-se expressivas.

Entre os principais obstáculos observados, destacam-se as dificuldades relacionadas à documentação, ao domínio do idioma português e ao reconhecimento de diplomas estrangeiros. Muitas refugiadas, mesmo possuindo formação acadêmica ou experiência profissional em seus países de origem, encontram-se marginalizadas no mercado brasileiro devido à ausência de validação formal de seus títulos e habilidades. A ausência de documentação regular é, para as mulheres refugiadas, não apenas um obstáculo burocrático, mas uma condição que as mantém em um limbo jurídico e social, impedindo o acesso a direitos fundamentais. Consciente dessa realidade, o NUARES tem se consolidado como um importante agente de mediação institucional, oferecendo suporte direto no processo de regularização documental e integração sociopolítica dessas mulheres. Trata-se de uma prática que extrapola a mera assistência, configurando-se como uma ação política de reconhecimento,

nos termos de Fraser (2008), que busca reparar desigualdades históricas e restaurar a dignidade das vidas deslocadas.

Apesar das dificuldades, foram registrados casos de microempreendedorismo apoiados pela atuação conjunta dos Comitês de Apoio e Ensino. A iniciativa consistiu na capacitação de mulheres refugiadas para a produção e comercialização de produtos alimentícios típicos de sua cultura de origem. Esse processo envolveu não apenas a oferta de cursos de manipulação de alimentos e gestão básica de negócios, mas também a orientação sobre a formalização como microempreendedora individual (MEI). A experiência ilustra a potência das estratégias de microempreendedorismo como alternativas viáveis de inserção econômica em contextos de vulnerabilidade e deslocamento forçado.

Por outro lado, as dificuldades econômicas e a limitação no acesso ao mercado formal também expuseram as mulheres refugiadas a riscos adicionais de violência de gênero. Registros do Comitê COMIGRAR indicam que a dependência financeira de parceiros ou de redes informais, muitas vezes compostas por conhecidos ou compatriotas, configura uma relação de vulnerabilidade que pode resultar em situações de abuso, exploração e violência doméstica. A falta de autonomia financeira apresenta-se, assim, não apenas como uma questão de exclusão econômica, mas também como um fator de risco para a reprodução de ciclos de violência e subjugação, conforme aponta a literatura sobre gênero e migração (Moraes; Lunardello, 2020).

Dentre as ações mais recentes promovidas pelo NUARES, destacam-se três iniciativas de grande relevância para a integração e o empoderamento das mulheres refugiadas. O II Sorriso sem Fronteiras, realizado como uma atividade cultural inter-religiosa, evidenciou a preocupação do projeto em respeitar as práticas culturais e espirituais das refugiadas, solicitantes de refúgio, com visto de acolhimento humanitário e migrantes, especialmente das mulheres muçulmanas, ao propor um “dia da família” com atividades lúdicas e recreativas para crianças em um ambiente sensível à diversidade religiosa. Já o II Café com Emprego, fruto de parcerias estratégicas com a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Espírito Santo (SENAI-ES) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL), teve como foco a promoção da inserção profissional por meio da articulação com o setor produtivo local, ampliando as possibilidades de empregabilidade para o público atendido. Por fim, o workshop na UVV, que contou com a exposição de produtos artesanais como pães, doces, peças de artesanato e fotografias produzidas pelas próprias mulheres acolhidas, representou uma oportunidade concreta de visibilidade, valorização de saberes e geração de renda, consolidando a relevância das ações do NUARES na construção de autonomia econômica e social.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o empoderamento econômico das mulheres refugiadas exige não apenas ações pontuais de inserção laboral, mas a construção de estratégias amplas

de capacitação profissional, regularização documental, reconhecimento de saberes e, sobretudo, o fortalecimento de redes de proteção social que considerem as especificidades de gênero no contexto da migração forçada.

### 3.3 VULNERABILIDADES INTERSECCIONAIS: DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A análise dos dados obtidos a partir da observação participante e da análise documental no âmbito do NUARES revela aspectos centrais dos desafios enfrentados por mulheres refugiadas, solicitantes de refúgio, com visto de acolhimento humanitário e migrantes no processo de acolhimento, integração social e empoderamento econômico no Espírito Santo.

A realidade dessas mulheres no Espírito Santo expõe, de forma cruel, a falência do sistema que deveria protegê-las. Embora a Lei nº 9.474/97 assegure direitos fundamentais e proteções internacionais (ACNUR; IMDH, 2010), essas mulheres vivem como sombras invisíveis, privadas até mesmo do conhecimento sobre programas sociais básicos, como o Minha Casa Minha Vida, do governo federal, um direito constitucional que lhes escapa por falta de informação e acesso efetivo.

Essa negligência institucional não é mero descuido, mas uma violência silenciosa que perpetua sua “vida precária”, conceito de Butler (2004), que revela como a exclusão política e social impõe um luto contínuo pela dignidade e pelo reconhecimento negados. Conforme destaca o IMDH (2018), a ausência de informação adequada torna-se um mecanismo perverso de marginalização, fazendo dessas mulheres protagonistas involuntárias de um ciclo de exclusão que só será rompido com iniciativas concretas, como a cartilha do NUARES, que busca devolver a elas a possibilidade de reivindicar seus direitos e reconstruir suas vidas.

No Brasil contemporâneo, as barreiras linguísticas não operam apenas como ruídos comunicacionais: configuram dispositivos estruturais de exclusão que reproduzem desigualdades e inviabilizam o exercício pleno da cidadania por sujeitos em mobilidade forçada. A negligência estatal em instituir políticas linguísticas robustas, que garantam o acesso de imigrantes e refugiados aos serviços públicos essenciais, transforma a língua em instrumento de silenciamento institucional. Como evidenciam Oliveira e Silva (2017), a ausência de mediação linguística adequada converte o espaço público em um território hostil, onde o não-dito equivale ao não-existir. No caso das mulheres migrantes, essa exclusão se intensifica, pois a intersecção entre gênero, classe, raça e deslocamento as posiciona nos estratos mais vulneráveis da economia global, sobretudo nos circuitos do trabalho doméstico informal, marcados por relações de servidão, desvalorização e invisibilidade, conforme analisa Parreñas (2001). A experiência linguística, nesse contexto, não é apenas uma questão

comunicacional, mas uma expressão da precariedade ontológica que Judith Butler (2004) descreve como característica das vidas consideradas descartáveis. Ao negar a essas mulheres o direito à linguagem e, portanto, à compreensão, à escuta e à reivindicação, o Estado brasileiro perpetua uma lógica biopolítica que hierarquiza quais vidas merecem ser reconhecidas e quais seguirão condenadas ao silêncio estrutural.

No tocante às ações de apoio linguístico e cultural, observou-se a importância das oficinas e eventos multiculturais para a reconstrução de redes de pertencimento e identidade. Conforme Sivolella e Alencar (2022), o domínio da língua do país de acolhida é um dos principais fatores para a inclusão social e laboral dos migrantes e refugiados, especialmente para as mulheres, cuja dependência linguística frequentemente as posiciona em papéis de submissão dentro e fora do lar. As atividades de ensino de português e a promoção de espaços culturais organizados pelos Comitês de Ensino e Eventos do NUARES alinham-se a essas recomendações, ao buscar não apenas a alfabetização, mas também a valorização da diversidade cultural.

A experiência pontual de microempreendedorismo identificada, embora positiva, ressalta o caráter excepcional das trajetórias de sucesso econômico entre as mulheres refugiadas atendidas. O estudo de Uebel e Raldi (2021) sobre mulheres venezuelanas no Brasil pós-pandemia confirma que a maioria das mulheres refugiadas não consegue estabelecer empreendimentos formais devido à ausência de acesso a crédito, capital inicial e redes de suporte para a manutenção de negócios.

Por fim, a relação entre dependência econômica e violência de gênero emergiu como um tema crítico nas discussões do Comitê COMIGRAR. A vulnerabilidade financeira, conforme apontado por Moraes e Lunardello (2020) e reforçado por Souza (2021), amplia o risco de exposição a situações de abuso, tanto em relações íntimas quanto nas redes sociais mais amplas. O relato de mulheres refugiadas vítimas de violência e exploração confirma que a promoção da autonomia econômica não é apenas uma meta de desenvolvimento social, mas uma estratégia vital de proteção dos direitos humanos básicos.

Diante desse panorama, é possível afirmar que, embora o NUARES desempenhe um papel relevante na promoção do acolhimento e da integração, além de sua atuação técnico-institucional, o NUARES articula ações de solidariedade concreta por meio de campanhas regulares de arrecadação de roupas, alimentos, fraldas, leite e cestas básicas, ao mesmo tempo em que oferece suporte essencial na orientação e regularização documental dos acolhidos. Essas práticas, inseridas na lógica da hospitalidade ativa, conformam um campo ético-político do cuidado, que resiste à racionalidade instrumental da assistência e promove, na prática, o reconhecimento da dignidade e da cidadania desses sujeitos em mobilidade forçada. Os desafios enfrentados pelas mulheres refugiadas exigem respostas

intersetoriais mais robustas, que combinem acolhimento emergencial, apoio contínuo à autonomia linguística e econômica, e o fortalecimento de redes comunitárias sensíveis às especificidades de gênero.

Os relatos colhidos durante a pesquisa revelam uma realidade crua e inegável: o alto custo de vida e o valor proibitivo dos aluguéis no Espírito Santo não configuram apenas um desafio econômico, mas um mecanismo estruturado de exclusão social que empurra famílias refugiadas para habitações coletivas precárias, gerando um ambiente de sobreposição e vulnerabilidade cotidiana (Freitas; Ribeiro, 2018).

A barreira linguística, longe de ser um mero obstáculo comunicacional, atua como instrumento silencioso de violação de direitos humanos, pois impede o acesso dessas mulheres a serviços públicos essenciais e às políticas de inclusão previstas na legislação nacional e internacional, perpetuando seu estado de invisibilidade institucional (ACNUR; IMDH, 2010; Oliveira; Silva, 2017). Soma-se a isso o etnocentrismo arraigado nas estruturas de acolhimento, que tende a invalidar os saberes, as tradições e os modos de vida das refugiadas, submetendo-as à lógica de uma cultura dominante que raramente dialoga com a alteridade (Castillo, 2001). Essa negação simbólica manifesta-se também nas dificuldades de adaptação alimentar, no desconhecimento sobre direitos como o acesso ao programa Minha Casa Minha Vida e na ausência de políticas educacionais adequadas à realidade de mães solo e trabalhadoras (Parreñas, 2001). Ainda que iniciativas como as promovidas pelo Nuare, com a elaboração de cartilhas orientadoras e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que tem oferecido apoio humanitário direto, representem esforços relevantes no acolhimento, é preciso reconhecer que tais ações, embora valiosas, não substituem o papel do Estado na construção de políticas públicas amplas, eficazes e culturalmente sensíveis.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente relato de experiência permitiu evidenciar as múltiplas dimensões envolvidas no processo de acolhimento e reintegração socioeconômica de mulheres refugiadas no estado do Espírito Santo, a partir das práticas desenvolvidas no âmbito do NUARES. A análise revelou que, embora existam avanços importantes na oferta de moradia, apoio linguístico, capacitação e articulação comunitária, persistem desafios estruturais que limitam a plena autonomia e a inclusão social dessas mulheres.

O acolhimento inicial, baseado na moradia compartilhada e no fortalecimento de redes religiosas e comunitárias, mostrou-se essencial para a sobrevivência imediata e para a reconstrução de laços sociais. No entanto, as dificuldades enfrentadas para a inserção no mercado de trabalho formal,

devido a barreiras documentais, linguísticas e de reconhecimento de competências, reforçam a condição de vulnerabilidade econômica, impactando diretamente a qualidade da integração social.

As ações de capacitação profissional e incentivo ao microempreendedorismo, embora relevantes, ainda se mostram insuficientes diante da amplitude das demandas apresentadas. A relação entre dependência econômica e exposição à violência de gênero observada nas experiências analisadas alerta para a necessidade urgente de estratégias integradas que contemplem não apenas a assistência imediata, mas também a promoção de autonomia financeira, o acesso efetivo a direitos sociais e a proteção contra violações de direitos humanos.

Diante dos achados, torna-se evidente que o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, sensíveis às especificidades de gênero e migratórias, é crucial para garantir uma acolhida que não apenas proteja, mas também potencialize as capacidades das mulheres refugiadas. A experiência do NUARES demonstra que práticas locais, mesmo em contextos de recursos limitados, podem inovar na construção de acolhimentos mais humanizados e inclusivos, embora ainda careçam de apoio mais sistemático por parte das redes governamentais e da sociedade civil organizada.

Assim, este estudo reforça a importância de experiências práticas como a do NUARES, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de reflexões críticas contínuas sobre o acolhimento de mulheres refugiadas no Brasil, incentivando a construção de caminhos mais inclusivos, seguros e emancipatórios.



## REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Relatório Global de Tendências 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends> . Acesso em: 29 jun. 2025.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados; IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Lei 9.474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados. Brasília: ACNUR/IMDH, 2010. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Lei\\_9474-97\\_e\\_Coletanea\\_de\\_Instrumentos\\_de\\_Protecao\\_Internacional\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 19 maio 2025.

ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO CONCEIÇÃO, Ana Maria de; PAULA, Alexandre da Silva de. O refugiado no Brasil: uma análise do processo de cidadania e inclusão. Revista UNIFEV, v. 8, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifev.edu.br/index.php/revistaunifev/article/view/1944/1785>. Acesso em: 01 mai. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, dispõe sobre o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm) . Acesso em: 10 abr. 2025

BUTLER, Judith. Vida precária: o poder do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CASTILLO, R. Aída Hernández. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. Debate feminista, v. 24, p. 206-229, 2001.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2008.

FERNANDES JDM, ONUMA FMS. Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social. Cad EBAPEBR [Internet]. 2024;22(2):e2023-0124. Available from: <https://doi.org/10.1590/1679-395120230124>

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 07-20, 2002.

FREITAS, Mariana Caxambu; RIBEIRO, Regiane Regina. A moradia compartilhada e suas implicações psicossociais em processos migratórios. Anais do Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, São Paulo, 2018. Disponível em: [http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anais\\_Abrapcorp\\_2018\\_EIC\\_ISBN.pdf#page=109](http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anais_Abrapcorp_2018_EIC_ISBN.pdf#page=109). Acesso em: 23 fev. 2025.

IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 13, n. 13, 2018.

MORAES, Samira; LUNARDELLO, Luciana. Gênero e acolhimento: o desafio da inclusão social de mulheres migrantes no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, 2020.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; SILVA, Julia Izabelle da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos. Gragoatá, v. 22, n. 42, p. 131-153, 2017.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. Servants of globalization: women, migration, and domestic work. Stanford: Stanford University Press, 2001.

SIVOLELLA, Roberta Ferme; ALENCAR, Eliana Guerra de. Os Direitos das Mulheres Imigrantes e sua Inclusão Socioeconômica In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA, 7., 2022, Coimbra. Temas de Direitos Humanos do VII CIDHCoimbra 2022. Coimbra, p. 395-407, 2022.

SOUZA, Alana Santos de. Mulheres e Vulnerabilidade: atuação do ACNUR no combate a violência contra refugiadas. 2021. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações internacionais, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2085/1/2021\\_mono\\_alanasouza.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2085/1/2021_mono_alanasouza.pdf). Acesso em: 02 abr. 2025.

TEIXEIRA, Ana Christina Celano et al. Inserção laboral de mulheres refugiadas no Brasil: desafios e estratégias. Cad. EBAPE.BR, v. 19, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/cgsJ9pBSDSjn7mQnqWSxpJC/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RALDI, Amanda. A migração de mulheres venezuelanas para o Brasil durante a pandemia da Covid-19: desafios políticos, laborais e sociais. Revista Estudos Legislativos, Porto Alegre, n. especial, p. 42-61, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/357901601>. Acesso em: 23 abr. 2025.